

Carajás e a questão do subsolo brasileiro

“Saída de países ricos é explorar mais 3º Mundo”

Numa crise como a atual, os países industrializados só têm um caminho para reequilibrar a sua economia: é explorar mais ainda os países subdesenvolvidos. Com a recessão que eles impõem lá dentro, mas que é suportável porque eles têm seguro-desemprego e outras defesas, o preço dos produtos exportados pelo mundo subdesenvolvido cai a níveis ridículos.

A constatação é do ex-ministro Severo Gomes, para quem a melhor distribuição de rendas a nível internacional não se faz com boas intenções. “E com força política, com consciência social”, afirma Severo, em entrevista à “Folha”, lembrando que acordos internacionais, como o do café, por exemplo, só têm alguma eficiência quando a economia dos países ricos está crescendo e seus preços subindo mais que os nossos.

É neste contexto que o ex-ministro analisa o Programa Grande Carajás, onde, no seu entender, as decisões continuam em mãos estrangeiras. O controle sobre as riquezas nacionais e sobre os destinos da Nação, diz ele, tem de ser nacional, e para ser nacional tem de ser popular, democrático. Do contrário seremos “colônia disfarçada”.

No caso de Carajás, ele prevê que não haverá o pagamento da dívida externa com as exportações, mas o aumento desse débito junto ao sistema financeiro internacional. “Fior que o projeto do Marquês de Barbacena”, comenta Severo, recordando que logo após a Independência, em 1829, foi cogitada a venda de Estados Inteiros no Norte do País para se pagar a dívida externa da época. Agora, acrescenta, a dívida vai aumentar.

A seguir, os principais trechos da entrevista do ex-ministro:

“Folha” — Como o sr. vê o problema dos recursos não renováveis no contexto do conflito Norte-Sul?

SEVERO GOMES — A consciência da limitação dos recursos naturais não renováveis é muito recente. De certa maneira eles foram explorados com maior intensidade depois da Revolução Industrial e de uma forma vertiginosa nas últimas décadas. Foram explorados como se não tivessem fim e, por isso mesmo, eles eram utilizados como se não tivessem valor em si. Então o seu preço era sempre formado pelo preço da extração, do refino e do transporte. Por exemplo, até há pouquíssimo tempo o barril de petróleo era vendido a US\$ 1,20.

Os países industrializados, até por motivos econômicos, exploraram mais profundamente os recursos naturais que estavam dentro da sua casa, na fase inicial do desenvolvimento. E com isso passaram a depender enormemente de recursos naturais de países subdesenvolvidos que não tinham atravessado este processo. É claro que isto é uma regra cheia de exceções, mesmo porque estes recursos naturais não renováveis são desigualmente distribuídos na face da Terra. Este modo de encerrar os recursos naturais não renováveis coloca uma questão muito importante hoje. Na forma como eles vêm sendo gastos e desperdiçados, você teria a exaustão, vamos dizer, pelo menos com relação a uma série grande de recursos naturais, dentro de um tempo relativamente curto. Mesmo os que são mais abundantes, dado o seu ritmo de consumo, a sua duração é muito pequena perto da nossa visão histórica, que evidentemente aspira perenidade.

“Há um trabalho das Nações Unidas que mostra que entre os recursos minerais mais abundantes — o alumínio e o ferro — mantido o nível de consumo de 1973, data do estudo —, pelo menos as jazidas conhecidas estariam exauridas uma coisa assim em torno de 150 anos.

Então aí se coloca uma das grandes questões para a transformação do capitalismo neste final de século. Por quê? Porque é da natureza do capitalismo contemporâneo o desperdício. E preciso lançar modelos novos todos os anos, é preciso lançar bens duráveis que na verdade não sejam duráveis. Então, é necessário conjugar as virtudes da livre iniciativa, a sua criatividade, com a disciplina no uso destes recursos essenciais à sobrevivência da humanidade, é uma questão política de primeira grandeza. Uma outra questão política é relacionada com o modo de convivência com a natureza, envolvendo o problema da poluição do meio ambiente.

“Situação peculiar do petróleo gerou a Opep”

“Folha” — O sr. acredita que seja possível o estabelecimento de ações políticas entre os países do Terceiro Mundo em relação a produtos não-renováveis, à semelhança do que conseguiram os países árabes com a Opep?

SEVERO GOMES — É muito difícil. A Opep tem uma força muito grande, primeiro pela grande concentração de petróleo em algumas regiões do mundo, principalmente no Oriente Médio. Segundo porque o nosso processo de industrialização é muito mais dependente do petróleo do que de qualquer outro recurso natural.

Toda esta civilização industrial que nós vivemos nos últimos decênios foi subsidiada por um petróleo praticamente sem custo. Era transporte, extração, refino. Isto criou uma dependência do petróleo muito grande. Também a forma de distribuição dos diferentes recursos naturais é importante, além do nível de consciência política dos países a respeito do produto não-renovável e da defesa do seu interesse.

Então, veja o que acontece com o manganês, por exemplo. Existe hoje no Gabão, no Brasil e na União Soviética. Ora, para fazer movimento político desta natureza você precisa ter no país um nível de consciência, uma vontade nacional, uma lucidez a respeito destas questões. Se nós no Brasil estamos fazendo uma política mineral de entrega destes recursos minerais, que esperanças nós poderíamos ter de o Gabão poder um dia tomar consciência disso? O Gabão é um país rico, grande, que tem petróleo, tem manganês, tem urânio, tem minério de ferro, tem 750 mil habitantes e é comandado por meia dúzia de empresas multinacionais. São elas que regem o destino do Gabão. Pois se nós não somos capazes disso, como é que nós vamos imaginar que outros países, sem quadros políticos, sem uma sociedade mais organizada, possam fazer?

É claro que este é um processo que a gente tem que construir lentamente. Mas como é que se constrói isso lentamente? A partir de uma consciência da nossa própria questão. Qual é a política mineral do Brasil? Há poucos dias nós vimos uma entrevista do Langoni, presidente do Banco Central, dizendo que a economia brasileira deve ser orientada para exportar alimentos e minérios.



Severo Gomes: projeto para pagar a dívida é pior que o do Marquês de Barbacena.

Quer dizer, o perfil de uma economia do final de século passado, uma economia dependente, colonial.

Desde o começo da exportação de manganês, até 1964, ele foi exportado ao preço de US\$ 37 a tonelada. De 1964 a 1974, vamos dizer, o período de espantoso desenvolvimento da economia mundial, o manganês foi exportado pelo preço médio de US\$ 20. Se você considerar a inflação do dólar, você pode dizer que neste período de grande desenvolvimento ele foi exportado pela metade do preço, 50% mais barato. Quer dizer, não é preço de mercado, isso aí é preço de transferência de uma riqueza nacional para fora. Estes dados não são secretos, estão nas publicações da Caxex. Então, é surpreendente como não se expanda, vamos dizer, uma consciência de como estes processos são lesivos à economia nacional e, portanto, lesivos ao bem-estar do povo, ao nosso futuro e à nossa segurança.

“Acordo não sai com boa intenção, mas com força”

“Folha” — Então seria impossível aos países do Terceiro Mundo obterem uma forma de conjugar seus interesses?

SEVERO GOMES — As coisas são muito difíceis. Primeiro pelo grau de essencialidade de cada um destes produtos, e segundo pela dificuldade de armação de forças políticas. Mas, pelo menos, vamos procurar organizar nossa economia interna a uma política que tenha relação com o interesse do País a longo prazo, e procurar articular externamente estas armações de alianças. Haverá muitos casos em que isso aí poderá ser eficiente. Mas é um caminho difícil.

“Folha” — É possível fazer acordos internacionais entre países produtores e países consumidores quando se trata de produtos naturais não renováveis, à semelhança do Acordo Internacional do Café? E criar, estabelecer quotas entre consumidores e produtores, como acontece com o café?

SEVERO GOMES — Bom, primeiro é preciso lembrar as enormes dificuldades para o funcionamento do Acordo Internacional do Café. E isso é um ponto de partida importante. Em segundo lugar, o Acordo Internacional do Café só funcionou com mais eficiência quando, pelas condições dos estoques e da produção, era possível manter um preço relativamente baixo mas não desastroso.

Há um conflito de interesse muito grande entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos. No caso como o que nós estamos vivendo hoje, dentro desta crise internacional, os países subdesenvolvidos só têm um caminho para reequilibrar a sua economia: é explorar mais ainda os países subdesenvolvidos. Com a recessão que eles impõem lá dentro, mas que é suportável porque eles têm seguro-desemprego e outras coisas, os preços dos produtos exportados pelo mundo subdesenvolvido caem a níveis ridículos. Então nós estamos subsidiando a sua vida. Quer dizer, nós estamos exportando alimentos, açúcar, soja, carne, minérios por preços relativamente baixos.

Não podemos exportar os produtos industrializados porque eles constroem tarifas aduaneiras. Então, se o mecanismo deles é viver num processo de espoliação do Terceiro Mundo, seria muito difícil eles admitirem a discussão para fazer um acordo em que eles teriam que admitir um certo tipo de melhor distribuição de rendas em termos internacionais. Pode haver um acordo que dure algum tempo, desde que eles estejam com a economia crescendo e os seus preços estejam subindo mais do que os nossos. Aí tudo bem.

“Folha” — Caso contrário não é possível? SEVERO GOMES — Não é com boas intenções que se vai construir isso. É com força política, com consciência social.

“Folha” — Qual o quadro político internacional que se prevê para as próximas décadas, ao se configurar na prática a exaustão de alguns dos principais recursos naturais não renováveis?

SEVERO GOMES — Eu acho que na medida que nós tenhamos esta exaustão, seus preços certamente vão ter um certo tipo de elevação. Aí esta exaustão vai ser mais demorada, ela se prolonga. Mas o que ocorre hoje dentro desta crise é uma coisa nitida: os países industrializados precisam aprofundar a sua dominação sobre o mundo subdesenvolvido, o que, aliás, já está acontecendo. Eles precisam tomar conta de todos os recursos naturais não renováveis do mundo. Dizla o general Haig que recursos naturais e segurança nacional para os Estados Unidos

são a mesma coisa. Então eu acho que esta exaustão pode ser prolongada, e a política dos países centrais será de dominação crescente sobre o Terceiro Mundo, principalmente aqueles que têm recursos naturais mais abundantes.

“Há de haver mudanças no sistema capitalista”

“Folha” — E no caso do Brasil? SEVERO GOMES — No caso do Brasil, evidente, o processo está aí. E que no horizonte de exaustão de determinados recursos surgirá certamente uma disciplina, mas uma disciplina para eles usarem, não para nós. Para poderem manter, vamos dizer, a continuidade do seu sistema produtivo.

“Folha” — É sustentável num regime capitalista a continuidade da tradição de manter os recursos não renováveis, com exceção do petróleo, após 73, na condição de valor de capital zero? Isto é, de seus preços internacionais apenas cobrirem os custos de extração e transportes?

SEVERO GOMES — É. Em muitos casos ocorre isso. Qual é o preço do minério de ferro? A extração, mais o transporte e mais um pequeno lucro. O preço do minério de ferro no Japão é basicamente transporte.

“Folha” — É isso é sustentável num regime capitalista?

SEVERO GOMES — Isso está mais ou menos implícito nas respostas anteriores. Há de haver uma transformação do capitalismo, com a necessidade de se estabelecerem normas para utilização destes recursos. A empresa não pode ter esta visão de longo prazo. Você imagine amanhã uma empresa que tem consciência de que um determinado recurso natural tem sua exaustão prevista para daqui a 20 anos. Se ela pensar em usar menos estes recursos, as suas competidoras não têm razão nenhuma para usar menos. Então ela vai trabalhar com desvantagem. Quer dizer, a regulamentação para o uso destes recursos é uma coisa que não pode estar na perspectiva da empresa.

A empresa tem que dar lucro no fim do ano. É uma coisa que tem que passar pelo controle da sociedade e este controle é político. É o Estado que tem que exercer esse controle — e o país não nega controle democrático do Estado — para estabelecer normas que assegurem a continuidade da vida, da organização social, da estrutura industrial. E inclusive adaptar a estrutura industrial à perspectiva da escassez.

“Folha” — Quer dizer, seria possível então uma saída desde que houvesse uma visão política do problema pelo Estado. SEVERO GOMES — Tem que haver uma transformação do capitalismo. O capitalismo já se transformou em mil maneiras. Se você fosse ver o que era capitalismo no meio do século 19, no final do século 19, na década de 20, na década de 40 e hoje, é todo um processo de transformação. No fundo, o que tem dado capacidade de sobrevivência do capitalismo e de negar as profecias é a sua estabilidade, a sua flexibilidade, os seus riscos, a sua permanente transformação. Você vê o contraste com a rigidez das estruturas planejadas.

“Folha” — E estas estruturas planejadas têm esta visão de longo tempo com relação aos recursos naturais? SEVERO GOMES — Elas não têm esta visão de longo tempo porque na verdade elas não conseguiram resolver algumas questões econômicas fundamentais. Então, por exemplo, qual é o valor que na União Soviética se atribui a determinados produtos como o aço, o alumínio, esta coisa toda? Eu não sei como é nos dias de hoje, mas a prática deste decênio é eles adotarem o preço médio destes cinco ou seis anos do mercado capitalista.

Então, não sabendo como resolver o problema do valor acabaram buscando a relação no mercado capitalista. Tanto a União Soviética quanto os países capitalistas têm uma estrutura industrial que daqui a 200 anos vai encontrar pouca diferença. Pode ter mais eficiência ou menos eficiência, enfim, com mais liberdade ou com menos liberdade. Eles copiam a estrutura industrial do Ocidente. Por quê? Porque surgiu uma classe média na Polónia, ou na Rússia, a dos burocratas mais qualificados. Então começam a encher as ruas de automóveis. Não ficam no transporte coletivo de boa qualidade, que seria um desenho mais de acordo com aquilo que você imagina como sendo uma sociedade socialista.

“Folha” — Faz sentido a afirmação do ministro César Cals, de que “quem controla a mina e a energia controla o empreendimento”, ou o controle do mercado é fundamental? SEVERO GOMES — Olhe, você veja uma coisa. O que importa é o seguinte: Você até poderia dizer que isso aí teria algum sentido. Mas veja o que significa, por exemplo, controlar a energia. Nós construímos Tucuruí e fizemos um acordo para vender energia elétrica para a Alcoa pelo preço mais barato de energia do mundo. Quer dizer, quem controla a decisão é quem realmente controla tudo. Agora, se estas decisões são tomadas a partir da influência do próprio cliente da energia, então não se controla coisa nenhuma, isto é uma fantasia. Nós construímos a usina hidrelétrica, nós construímos a estrada de ferro, e vamos vender energia elétrica por preço de banana. Eles vão produzir alumínio não se incomodando com a poluição do Golfo de São Luís. E vão vender o alumínio de acordo com o preço que combinaram com as outras empresas.

O que pode controlar fundamentalmente é só uma coisa: é ter poder interno. Este poder é organização de forças internas, forças políticas. Por isso é que eu volto à questão de que hoje o nacional tem que ser popular, tem que ser povo organizado, senão nós seremos uma colônia disfarçada para o resto da existência.

“Um aspecto negativo é que gera pouco emprego” “Folha” — Como o senhor vê o problema do modelo estabelecido para o Projeto Carajás? Existe possibilidade de sucesso como essencialmente exportador? SEVERO GOMES — Nós vamos exportar pelo preço que eles combinarem, nós vamos fazer os investimentos para que eles controlem as minas. Vou fazer uma comparação dolorosa. No começo da nossa vida independente, em 1829, o Marquês de Barbacena enviou uma informação ao Congresso Nacional, que estava muito preocupado com a dívida externa. Esta informação era para tranquilizar o Congresso, dizendo que não havia por que temer o peso da dívida, mesmo porque, dizia o Marquês, nós temos ao Norte milhares de milhas quadradas que poderemos vender a bom preço a qualquer tempo. Quer dizer, a idéia do Marquês de Barbacena era resolver a dívida externa vendendo o Estado do Pará ou um pedaço do Maranhão, uma coisa assim.

Eu acho que hoje a coisa é até pior. Por quê? Porque pelo menos o Marquês pensava em ficar aqui. Ele disse: vendendo lá e fico livre da dívida. Neste caso, você vai aumentar a dívida, não vai resolver o problema da dívida e está colocando sob controle estrangeiro não uma extensão inexpressiva de território, mas exatamente esta grande anomalia geológica que é a anomalia de Carajás, e que tem uma importância fundamental na história contemporânea do mundo, da economia. Então, a situação é pior. E pior do que o projeto do Marquês de Barbacena.

“Folha” — E o problema da contabilização do emprego urbano e rural com a exploração intensiva de Carajás? É possível? Porque eles falam na criação de 200 mil empregos e tal.

SEVERO GOMES — O Projeto Grande Carajás é um projeto que gera muito poucos empregos com relação ao investimento. Um dos aspectos mais negativos destes investimentos é que eles geram muito poucos empregos.

“Folha” — Se pegássemos estes recursos e aplicássemos, por exemplo, na área urbana ou mesmo na área rural, ou se aplicássemos na agricultura, em pouco tempo geraria mais empregos? SEVERO GOMES — Ah, sem dúvida nenhuma. Vou fazer uma comparação. O Projeto Grande Carajás prevê um investimento de 61 bilhões de dólares. Este dinheiro, na pior das hipóteses, será mais de 12 trilhões de cruzeiros para serem aplicados num negócio de 12 anos. Eu acho que 12 trilhões de cruzeiros hoje é quase três vezes o orçamento do Ministério da Saúde deste País, com tantos problemas de saúde, de desnutrição, de Chagas, de monstruosos problemas dentários, a toda hora, é de 56 bilhões de cruzeiros.

“Folha” — Como seria possível resistir às pressões internacionais impostas pelas empresas que controlam os preços internacionais das principais matérias primas não renováveis e garantir um sistema de preços mais justos? SEVERO GOMES — Nós precisamos é nos voltar para o mercado interno para fazer a locação do gasto público de acordo com o interesse nacional. Você veja um país como a Costa Rica. Tem uma renda per capita bem menor do que a do Brasil e há muitíssimo tempo já resolveu estas questões todas que envergonham o País. Sabe como é, é a favela, o barraco, a fome, a doença. Nós não resolvemos isso por quê? Porque o gasto público é conduzido e dirigido por forças anti nacionais e anti populares.

“Folha” — Então é impossível resistir, dentro desta visão do governo atual, a essas pressões internacionais? SEVERO GOMES — Porque só resiste na medida em que você tiver essa questão fundamental, quer dizer, organização da sociedade brasileira, mobilização das forças sociais e políticas. Nós temos tudo para construir um país onde a população possa viver bem, onde as indústrias possam ter um grande desenvolvimento de longo prazo, porque se vai assentar no crescimento da renda nacional, no crescimento do bem-estar da população.

“Folha” — A nossa política externa favorece uma posição terceiromundista? SEVERO GOMES — Você veja que a crise e o curso de interesses dentro do mundo estão tão agudos que o Brasil hoje desenvolve uma política externa no sentido de terceiromundismo. O conflito Norte-Sul, o conflito dos interesses, é a luta por uma posição diferente. A contradição é que nós desenvolvemos uma política econômica primeiromundista, entende? Existe essa divisão, pouco compreensível, de você continuar desenvolvendo uma política econômica que no fundo significa adaptar a economia brasileira às determinações do sistema financeiro internacional e, de outro lado, desenvolve uma política externa, uma diplomacia, no meu entender de uma grande lucidez.

“Folha” — No Itamarati, então, tem-se essa visão, um exemplo que está faltando para quem domina a política econômica? SEVERO GOMES — Há uma contradição

DOSSIÊ “FOLHA”

hoje entre a política econômica e a democracia.

“Folha” — E quais são as principais causas desse conflito entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo?

SEVERO GOMES — O grande problema é que o Primeiro Mundo sempre se organizou para montar uma divisão internacional do trabalho e para que o resto do mundo fosse explorado. Os países industrializados sempre tiveram o comando dessa economia. É uma questão genética da organização do mundo contemporâneo.

“Brasil teve alto-forno 60 anos antes do Japão”

“Folha” — É a teoria da interdependência pode servir de base para um sistema internacional mais justo?

SEVERO GOMES — Hoje a interdependência é outro nome de dependência. Entretanto, ninguém pode pensar num projeto nacional em termos de autarquia. Um projeto nacional deve qualificar melhor o nosso relacionamento externo, aproveitando mais das relações internacionais. Então a real interdependência é questão que precisa ser construída, para que não seja um outro nome para a dependência.

“Folha” — É possível, no atual contexto internacional, uma atitude semelhante à tomada pelos Estados Unidos através da doutrina Monroe ou a que a China tomou até passado recente? Isto é, isolar-se para resolver as coisas dentro e depois...

SEVERO GOMES — Eu acho que é uma perspectiva muito realista, pois amanhã você pode ter mais confrontos com interesses externos que seja obrigado a marchar para um relativo isolamento. Não creio, entretanto, que as coisas ocorram como ocorreram com os Estados Unidos, no passado. A associação com inúmeros países do Terceiro Mundo, países latino-americanos e africanos, a partir da Argentina, aqui ao lado, se faz necessária. No dia em que nós tivermos, vamos dizer, a ousadia, a força para construir um projeto independente, ele estará fundado em alicerces políticos e populares. O mesmo deverá ocorrer com os outros países.

Na medida em que a crise mundial se aprofunda, os países subdesenvolvidos sentem que dentro da atual ordem econômica eles vão ter a sua vida degradada para que os países industrializados mantenham os seus níveis de consumo. Assim, para evitar isto, os países do Terceiro Mundo vão procurar fazer alianças entre si. São alianças preferenciais entre as vítimas. A medida que as forças resultantes existam e cresçam possivelmente poderá até surgir o horizonte de uma nova ordem econômica internacional mais justa, mas que só será mais justa se os países do Terceiro Mundo tiverem forças para se organizar. Não se trata, portanto, de um isolamento, porém de um realinhamento, eliminando todas as formas dessa interdependência que se chama dependência. Nós não marchamos para o isolamento mas para a busca da independência.

“Folha” — Seria uma nova ordem... SEVERO GOMES — Sim, uma nova ordem, uma ordem econômica mais justa com uma melhor distribuição da renda em termos internacionais. Isto, entretanto, é inaceitável para os países ricos. Você veja o problema da distribuição de renda interna. O governo não a realiza porque ela só ocorrerá na medida em que você tenha liberdade de organização sindical que os sindicatos estão conquistando. Porque só através da luta é que você consegue essa melhor distribuição. Espontaneamente isto não vai ocorrer, não tem sentido, não é isso?

“Folha” — Na nossa história o sr. identifica alguns fatos que venham a ilustrar isto de que já falamos? SEVERO GOMES — Eu posso lembrar dois fatos importantes. No começo da nossa vida independente de Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva pretendia a abolição da escravidão e também o rompimento dos acordos comerciais com o Exterior. Isto significaria a mesma coisa que, hoje, desvincular a industrialização do País do sistema financeiro internacional. Foi o Patriarca quem mandou construir os dois primeiros altos fornos do Brasil, 60 anos antes de eles estírem no Japão. José Bonifácio foi encarregado da educação do príncipe, do futuro imperador. No entanto ele estava contrariando os interesses estrangeiros, numa época em que a Inglaterra queria a abertura total dos portos, o que conseguiu com o apoio da oligarquia local. Na China, os ingleses tiveram que fazer a guerra do ópio para submeter as elites locais a seus interesses; na Índia, a Inglaterra teve que vencer os em batalha perto da velha Delhi. Enquanto isso o Brasil abria os seus portos ao comércio internacional e o Visconde de Cairu afirmava que a Inglaterra tinha o magistério do universo. Então José Bonifácio contrariou a oligarquia, contrariou o interesse estrangeiro. Somentemente ele não sabia que não podia enfrentar os enquanto não tivesse a Nação organizada politicamente.

Os altos fornos que o Patriarca mandou construir foram fechados 10 anos após a sua implantação e só foi instalado outro no Brasil 150 anos depois, na época do Getúlio. Na República, Rui Barbosa foi ministro da Fazenda do governo provisório. Ele criou o imposto de renda, pretendia mudanças para desenvolver a indústria nacional assim como uma reforma bancária para financiar esse desenvolvimento. Com o imposto de renda ele feriu os interesses da oligarquia e, de certa maneira, interesses estrangeiros. Feriu, portanto, as duas forças que dominavam as decisões do País. Foi afastado do Ministério da Fazenda ainda moço e nunca mais foi convidado para o exercício de nenhum cargo da administração pública brasileira.

Estou convencido que somente com a organização das forças nacionais nós poderemos sair da situação em que nos encontramos.